


# O PROBLEMA MINERAL E OS DIÁLOGOS ENTRE UNIVERSIDADES E MOVIMENTOS SOCIAIS NA BAHIA – BRASIL

Valdirene Santos Rocha Sousa[1]
Lucas Zenha Antonino[2]
José Beniezio Eduardo de Carvalho[3]
Fabiano Paixão de Souza[4]

**Palavras-chave**: Mineração, Conflitos Territoriais, Ciência Popular.

## INTRODUÇÃO

A conjuntura mineral e os diálogos entre movimentos sociais e universidade revelam a dinamicidade dos processos sociais. Como aponta Gohn (2000), tudo está em movimento: a matéria, a energia, a vida biológica e, sobretudo, a sociedade. Em contextos de extrações minerais, essa ebulição se intensifica, marcada por conflitos, contradições, consensos e coesões construídas por pessoas, grupos, classes, organizações e instituições. A vida social é constituída por mudanças contínuas e rápidas, em que os movimentos sociais emergem como expressões coletivas desses processos, organizando sujeitos históricos na luta por transformações. Os movimentos sociais "são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo político de força social na sociedade civil" (Gohn, 2000, p. 251).

Essa ascensão e interesse pelos estudos dos movimentos sociais, na Geografia brasileira, está inserida em um debate teórico-metodológico que provocou rupturas epistemológicas no movimento de "renovação da Geografia". Não é novidade que pioneiros como Orlando Valverde, Manuel Correia de Andrade e Josué de Castro se debruçaram sobre

[1] Doutoranda em Geografia no PPGEO/UFBA, Membro do GeografAR/UFBA; Docente no IFBA.
[2] Doutor em Geografia pela UFBA, Membro do GeografAR/UFBA e do MAM; Docente na UFRB.
[3] Graduação em Administração pela UNEB, Educador Popular da Comissão Pastoral da Terra - CPT.
[4] Graduação em História pela UNEB, Movimento pela Soberania Popular na Mineração - MAM.

as gritantes desigualdades estruturais da sociedade brasileira, evidenciando sujeitos sociais que se organizam e lutam no espaço de vida pelo direito ao trabalho, à dignidade e à vida.

Chauí (1999) critica a universidade formal, que ela chama de "operacional", por anular seu papel social em nome de uma lógica administrativa hegemônica. Lopes de Souza (2010) reforça que essa tendência de mercantilização da universidade é global. Isso levanta a pergunta: que ciência estamos produzindo? Uma ciência voltada à produção de bens e ao lucro, e não à preservação da natureza ou ao bem viver da população. Nesse sentido, Antonino (2019) destaca a articulação entre Estado, universidades e corporações multinacionais, que se entrelaçam e se beneficiam mutuamente.

Portanto, esta pesquisa tem como base uma experiência, em movimento e transformação, que busca atuar de forma distinta da lógica dominante. Se as universidades brasileiras ainda não são espaços populares voltados à emancipação e à soberania, é necessário reorganizá-las para fazer acontecer a busca por uma "ciência popular e soberania mineral", lema do encontro de pesquisadores sobre mineração realizado na UFBA, em 2024. Assim, o objetivo deste trabalho é apresentar reflexões a respeito do processo de construção de uma rede de diálogos interdisciplinares entre Universidades e Movimentos Sociais na Bahia, Nordeste do Brasil, que culminou com a realização do I Encontro dos Pesquisadores/as da questão da Mineração na Bahia, em novembro de 2024, na UFBA.

A mineração está presente em mais de 240 municípios baianos, onde são extraídas cerca de 60 substâncias minerais. A Bahia é o terceiro estado em arrecadação de Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM). Com a expansão da atividade minerária, intensificam-se os conflitos territoriais, tanto no campo quanto nas cidades. Até o primeiro semestre de 2024, foram identificados conflitos relacionados à mineração em 93 municípios (Antonino, Sousa e Germani, 2022). Essa realidade evidencia a atuação de movimentos sociais que, por meio da articulação em rede, constroem processos de resistência e luta por participação popular nas decisões, propondo alternativas ao atual modelo espoliador de minerar (Antonino, Sousa, 2022).

Neste contexto, de modo mais específico, o estudo buscou: compreender a articulação entre movimentos sociais e universidades no contexto da resistência ao modelo mineral na Bahia; analisar os conflitos territoriais relacionados à mineração a partir da perspectiva dos sujeitos coletivos organizados; refletir sobre os limites e potencialidades da universidade na construção de uma ciência crítica voltada à soberania popular e à justiça socioambiental; e sistematizar as experiências e contribuições do I Encontro dos Pesquisadores/as da questão da Mineração na Bahia (2024) como expressão concreta dessa rede de diálogos em movimento.

Metodologicamente, este trabalho se configura por uma abordagem qualitativa, utilizando-se de técnicas como observação participante, relatos de experiências e análise documental do caderno de resumos do Encontro dos Pesquisadores da questão da Mineração na Bahia (GeografAR, 2025), que demonstrou uma abrangência para além da Bahia e aglutinou diferentes áreas do conhecimento e abordagens de pesquisa.

## DISCUSSÕES E RESULTADOS

Os movimentos sociais, a exemplo do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM), assumem a luta pelo território como centralidade e propõem a construção de um outro modelo mineral baseado na soberania nacional e na participação da sociedade em todas as etapas do processo, de forma horizontal e justa. Essa proposta respeita os limites da natureza e se preocupa com as alterações provocadas pelas atividades humanas

capitalistas, sobretudo diante das situações catastróficas geradas pela exploração desenfreada dos bens naturais. Em contrapartida, o capital mineral e o Estado seguem tratando esses bens como recursos, como meras mercadorias e fontes de lucro. Diante dessa complexidade, a articulação entre o desenvolvimento científico e os movimentos sociais torna-se fundamental para a produção de conhecimentos interdisciplinares e para a construção de alternativas às injustiças e desigualdades impostas pelo modelo hegemônico.

É nesse contexto que o Grupo de Pesquisadores/as da questão da Mineração na Bahia tem se dedicado ao estudo e enfrentamento crítico ao modelo mineral. A partir de uma perspectiva reflexiva e em diálogo com as pautas do MAM, realizou-se, em novembro de 2024, o I Encontro de Pesquisadores/as da Mineração na Bahia, em parceria com o MAM e outras entidades. O evento teve como objetivo central fomentar um espaço democrático para divulgação e desenvolvimento de pesquisas científicas comprometidas com as demandas dos movimentos sociais, abordando os conflitos, desafios e contradições da mineração. Buscou-se, também, contribuir para a difusão do conhecimento a partir de uma perspectiva crítica e interdisciplinar, promovendo a popularização da ciência voltada ao problema mineral e fortalecendo a formação das bases comunitárias dos grupos sociais impactados. Assim, o encontro se propôs a fomentar uma ciência popular, que dialogasse com as pautas das populações do campo, das cidades e das comunidades tradicionais na Bahia, afetadas diretamente pelo modelo mineral.

Com o propósito de criar espaços de debate que possibilitassem a compreensão da problemática mineral em sua complexidade, adotou-se uma metodologia que articulasse os conhecimentos científicos produzidos nas universidades com os saberes construídos no seio da sociedade. Por meio de processos orgânicos de troca de saberes, incentivou-se o diálogo entre universidades e movimentos sociais. Os resultados do encontro refletiram esse compromisso com uma ciência engajada nas lutas sociais, evidenciando um processo de enfrentamento ao setor minerário espoliador na Bahia e no Brasil.

O evento contou com a participação de diversas organizações parceiras, entre elas: a Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia (AATR); a Cáritas Brasileira - Regional Nordeste III; o Instituto Regional da Pequena Agropecuária Apropriada (IRPAA); a Comissão Pastoral da Terra (CPT); a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE); o Centro de Estudos e Ação Social (CEAS); o Grupo de Pesquisa GeografAR da Universidade Federal da Bahia; a Universidade do Estado da Bahia; a Escola Família Agrícola de Licínio de Almeida; a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; o Instituto Federal de Ciência e Tecnologia Baiano; o Instituto Federal da Bahia; e a Sociedade Brasileira de Geologia – Núcleo Bahia/Sergipe. Também estiveram presentes discentes e docentes de diversas universidades baianas e de outros estados, o que possibilitou a ampliação da rede de pesquisadores. Foram mais de 235 inscrições e 60 trabalhos submetidos e apresentados nos seis Grupos de Trabalho do evento.

Além das apresentações de trabalhos e da articulação entre diferentes instituições, o Encontro de Pesquisadores/as da questão da Mineração na Bahia também resultou em desdobramentos significativos que ampliam sua relevância política e acadêmica. Entre eles, destaca-se o processo de concessão do título de Notório Saber ao filósofo, educador popular e militante Charles Trocate, importante liderança do MAM, como reconhecimento de sua contribuição intelectual, política e pedagógica para o debate sobre a questão mineral no Brasil. Essa iniciativa reforça a importância de valorizar os saberes construídos a partir da prática política e da luta social como parte da produção de conhecimento legítima. Outro resultado importante foi a articulação política que possibilitou uma emenda parlamentar para a construção de um livro coletivo, que reunirá textos e análises sobre os conflitos, resistências e alternativas ao modelo mineral vigente na Bahia. A proposta do livro visa não

apenas sistematizar os debates do evento, mas também contribuir com a formação política e técnica de sujeitos sociais e comunidades diretamente impactadas pela mineração no estado.

As pesquisas científicas apresentadas, desenvolvidas ou em andamento, abrangem recortes espaciais e escalares diversos. O Caderno de Resumos do Encontro reúne análises sociais, territoriais e econômicas em múltiplas escalas: global, América Latina e Brasil. Os trabalhos discutem o surgimento e as concepções do MAM, passando pelas realidades da região Nordeste, do semiárido e do estado da Bahia, o que demonstra como o setor mineral atua transversalmente nas escalas geográficas. Os impactos chegam a diversas regiões do estado, como o sul e o sudoeste da Bahia, a Chapada Diamantina, o sertão do São Francisco e até mesmo unidades de conservação como o Boqueirão da Onça. As ações das empresas mineradoras, operando a partir de uma lógica global e verticalizada do capital, desembocam em municípios como Caetité, Licínio de Almeida, Maracás, Piatã, Ilhéus, Nordestina, Sento Sé, Brotas de Macaúbas, Jaguarari, Campo Formoso, Juazeiro, Umburanas, Sobradinho e Morro do Chapéu, afetando diretamente o cotidiano e a reprodução da vida de camponeses e comunidades tradicionais.

A leitura dos resumos também revela que o evento extrapolou as fronteiras da Bahia. Foram abordadas experiências de outras regiões marcadas pela mineração, como Brumadinho, Mariana, Conceição do Mato Dentro, Serro, Dom Joaquim, Morro do Pilar e o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, um dos estados mais minerados do país. Outros trabalhos vieram de Pacatuba e Brejo Grande, em Sergipe, da capital alagoana, Maceió, e até de regiões fronteiriças com o Piauí. Ultrapassando inclusive os limites do território brasileiro, um dos resumos apresentados tratou da Colômbia e dos impactos da cadeia produtiva do petróleo sobre a Amazônia, enfatizando o papel estratégico desse recurso na engrenagem energética-econômica do capitalismo mundial.

As abordagens também lançaram luz sobre os sujeitos sociais impactados pela mineração: pescadores/as artesanais, mulheres e mulheres quilombolas, povos de religiões de matriz africana, populações e comunidades quilombolas, associações de fundo de pasto, camponeses/as e outras comunidades tradicionais. A partir das suas vivências e denúncias, revelam-se processos de invisibilização e racismo ambiental, além da expropriação de territórios, destruição de mananciais, degradação ambiental e adoecimento de corpos e ecossistemas em função da expansão dos projetos minerários.

A análise das múltiplas dimensões dos impactos da mineração permite compreender como o capital mineral, em sua lógica expansiva e excludente, incide sobre os territórios e seus habitantes, atravessando escalas e estruturas sociais. Tal como alertou Santos (1987), a ausência de cidadania plena no Brasil se expressa também na invisibilidade dos direitos territoriais, na negação do reconhecimento político das populações atingidas e no desmonte dos vínculos comunitários, elementos fundamentais na constituição da vida nos lugares. Neste país marcado por guerras aos povos e sangrias territoriais, grande parte da população sequer sabe que é, ou poderia ser, cidadã, tamanha a desestruturação promovida pelo avanço do capital sobre os territórios.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da intensificação da atividade minerária no Brasil e, em particular, na Bahia, torna-se cada vez mais urgente o fortalecimento da comunidade científica em articulação com os movimentos sociais. Essa aliança é fundamental frente aos conflitos socioambientais já instaurados e aos prognósticos que apontam para uma expansão ainda mais agressiva do setor mineral, marcada por processos de espoliação, degradação ambiental e violação de direitos nos territórios atingidos.

A compreensão da problemática mineral não pode se limitar à análise técnica ou econômica da extração de recursos, mas deve considerar os múltiplos conflitos territoriais e os modos de vida ameaçados por esse modelo de desenvolvimento. Assim, no entrelaçamento entre ciência e luta social é possível construir uma leitura crítica da conjuntura marcada por intensas disputas pelo território, por dinâmicas de subordinação neocolonial e pela crescente financeirização dos bens naturais.

Nesse sentido, é essencial fomentar o debate em torno da soberania popular, da universidade como espaço público e do direito coletivo de decidir sobre os usos dos territórios. A construção de uma ciência popular, plural e emancipada requer o reconhecimento dos saberes dos povos do campo, das águas e das florestas como parte constituinte e legítima da produção do conhecimento. Esses saberes são não apenas resistência, mas alternativa real frente à lógica destrutiva do extrativismo mineral.

Portanto, é nesse movimento de análise, reflexão e articulação – sempre em transformação, como o próprio território-, que se pode interpretar criticamente o avanço do capital mineral e construir caminhos contra-hegemônicos. A universidade, quando aliada aos sujeitos que lutam por justiça ambiental e territorial, pode cumprir um papel decisivo na disputa de sentidos sobre o que deve ser a mineração no Brasil: uma atividade subordinada ao bem comum e à vida, e não à lógica de acumulação e extermínio.

## REFERÊNCIAS


ANTONINO, Lucas Zenha. Territórios Extrativo-Mineral na Bahia: Violações de Direitos e Conflitos nos Territórios Terra-Abrigo. **Tese** (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências. Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2019.

ANTONINO, L. Z.; SOUSA, V. S. R.; GERMANI, G. I. Mapeamento dos conflitos da mineração na Bahia no contexto do neoextrativismo. **Ambientes:** Revista de Geografia e Ecologia Política, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 201–234, 2022. Link: https://e-revista.unioeste.br/index.php/ambientes/article/view/28230/20684

ANTONINO, L. Z.; SOUSA, V. R. S. A Articulação de Enfrentamento ao Modelo Mineral na Bahia: espaço de resistência e construção coletiva. XX Encontro Nacional de Geógrafos (ENG) – "Brasil-Periferia: a Geografia para resistir e a AGB para construir". **Anais**. AGB: On line, 2022. Link: XX Encontro Nacional de Geógrafas e Geógrafos - ENG 2022 - Espaços de Socialização de Coletivos (ESC).

GeografAR. **Caderno de Resumos**. I Encontro de Pesquisadores/as da questão da Mineração na Bahia. 2025. Salvador: UFBA, 2025.

GOHN, Maria da Gloria. **Teorias dos movimentos sociais**: Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo. Edições Loyola. 2000

CHAUÍ, Marilena. **A universidade operacional**. Sorocaba: Avaliação, v. 4, n. 3, 1999.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. São Paulo. Ed Nobel, 1987.

SOUZA, Marcelo Lopes. Universidades: burocratização, mercantilização e mediocridade (1 e 2). **Passa Palavra**, 2010. Disponível em: https://passapalavra.info/2014/07/98308/ Acesso em 09 abr 2025.